

“LAMENTAMOS QUE TENHA PERDIDO A OPORTUNIDADE DE ENFRENTAR OS PROBLEMAS DO SANEAMENTO”

Considerando seu afastamento do Governo do Estado do Maranhão em poucos dias, a diretoria do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão decidiu, mais uma vez, se dirigir à Vossa Excelência para falar sobre saneamento e Caema, como tantas vezes tentamos durante seus quase 8 anos de governo.

Em 2014, o senhor foi eleito, inclusive com votos de boa parte dos urbanitários e da diretoria do STIU-MA, com o propósito de fazer um governo democrático-popular, criando muitas expectativas positivas.

Passados quase oito anos, reconhecemos avanços em diversas áreas, mas lamentamos profundamente que o senhor tenha perdido a oportunidade de dois mandatos para enfrentar os problemas do saneamento no Maranhão. Na Caema, assistimos mais do mesmo. Os interesses políticos falaram mais alto e, assim, a Companhia não cobrou a dívida das prefeituras, não recadastrou os consumidores, não cumpriu meta de hidrometragem, não cuidou dos problemas estruturais e históricos como a negociação de seus contratos, não planejou estrategicamente, continuou contratando pessoas de fora do quadro e não teve a gestão que precisava.

O Estado é acionista majoritário da Caema. Sendo assim, cabe ao governador definir sua diretoria. E, mais uma vez, as escolhas foram gestões incapazes de enfrentar os problemas existentes e com grande dificuldade de dialogar com quem conhece a Caema e o saneamento no Maranhão, enfim foram gestões desastrosas.

O STIU-MA compreende que os problemas da Caema não nascem em seu Governo. Sabemos que é uma herança difícil. No entanto, isso não justifica a perpetuação do erro e a manutenção da política que corrói a Companhia ao longo de décadas e, conseqüentemente, priva o povo do Maranhão de um serviço de saneamento público de melhor qualidade, que a Caema tem condição de oferecer, se os gestores e governantes trabalhassem efetivamente para tal.

Nós tentamos contribuir. Desde antes do Senhor tomar posse, buscamos o diálogo, sugerimos perfil ideal para gestores (sem indicar nomes) e apresentamos soluções e caminhos para os muitos problemas que a empresa enfrenta. Mais do que isso, insistimos muitas vezes que o Governo do Estado precisava assumir verdadeiramente a política de saneamento do Maranhão para a qual sequer tem um órgão gestor. Embora, teoricamente, a Secretaria das Cidades (Secid) seja responsável por essa política, não possui uma superintendência e muito menos secretaria adjunta que responda por ela.

Quando veio a avalanche provocada pelo tal novo Marco Regulatório do Saneamento (Lei 14.026/2020), mais uma das maldades do Governo Bolsonaro, o Sindicato dos Urbanitários sentou e trabalhou junto e incansavelmente para atender as novas exigências da Lei e tentar garantir a sobrevivência do saneamento público no Estado.

Ajudamos a elaborar o projeto da regionalização do saneamento, participamos de todas as audiências públicas, dialogamos com todos os atores, inclusive com o Poder Legislativo, sempre apontando caminhos não apenas para salvar a Caema, mas para garantir que o serviço de saneamento continue sendo público e

acessível economicamente para todos e todas, enquanto direito humano fundamental.

A pesar de todo o esforço realizado, após a Lei da Regionalização aprovada, o Governo do Estado não fez, até agora, sua parte para garantir os desdobramentos necessários à regionalização do saneamento. Não foi por falta de provocação.

Há mais de um mês, o STIU-MA solicitou audiência para discutir os desdobramentos da Lei Complementar 239/2021 sancionada no dia 30/12/2021, que institui as quatro microrregiões do saneamento no Maranhão. Alertamos que o Governo do Estado precisava dar os próximos passos: a implantação efetiva das autarquias microrregionais que depende do Governador editar o Regimento Interno Provisório, através de Decreto para regulamentar a Lei e a criação de subsidiárias da Caema, com atuação em uma ou mais das microrregiões, que é uma forma da Companhia continuar prestando serviços onde não tem contrato.

Reafirmamos que nossa luta é para defender a prestação de serviços pública no saneamento e para proteger centenas de empregos de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses.

Manter o saneamento público, evitando a privatização, é do interesse do povo do Maranhão. Muitos não sabem, mas, apesar de todos os problemas, é a Caema que garante água em 140 municípios maranhenses, com uma das tarifas mais baixas do mercado e mesmo para quem não pode pagar. A realidade da privatização dos serviços é outra, vide muitos exemplos, como a cidade de Manaus e o estado de Tocantins.

Em Manaus, os serviços de saneamento foram privatizados há 22 anos. Dados de 2020 mostram que apenas 12,5% do esgoto da cidade é coletado e cerca de 600 mil pessoas (cerca de 27% da população) não têm acesso à água. No ranking de 2018 do Trata Brasil para o saneamento básico, Manaus aparecia como a 5ª pior cidade no país.

No Tocantins, a privatização também foi um desastre. A companhia de saneamento do estado - a Saneatins - foi vendida em 1998 para o Grupo Odebrecht (hoje BRK Ambiental). Em 2010, com a situação insustentável, o governo do estado fez um acordo com a empresa, criou a autarquia ATS (empresa pública) e assumiu os serviços de saneamento de 78 dos 139 municípios, ficando responsável pela zona rural. A BRK ficou com o “filé”, as 47 cidades mais populosas e lucrativas do estado, incluindo a capital. No Maranhão, as experiências com a BRK Ambiental também não são positivas para as populações de Paço do Lumiar e Ribamar, que pagam tarifas muito mais altas.

Fora do Brasil o que tem acontecido é a reestatização do saneamento, com mais de 300 serviços devolvidos ou retomados pelos governos nos últimos 20 anos, inclusive em cidades como Paris e Berlim.

Para garantir saneamento público de qualidade para a população não basta não privatizar a Caema, tem que garantir a boa gestão da Companhia e dos serviços e torna-la melhor, mais eficaz e mais forte. Mas essa oportunidade foi desperdiçada. Esperamos que o próximo Governador não repita essa triste história.

